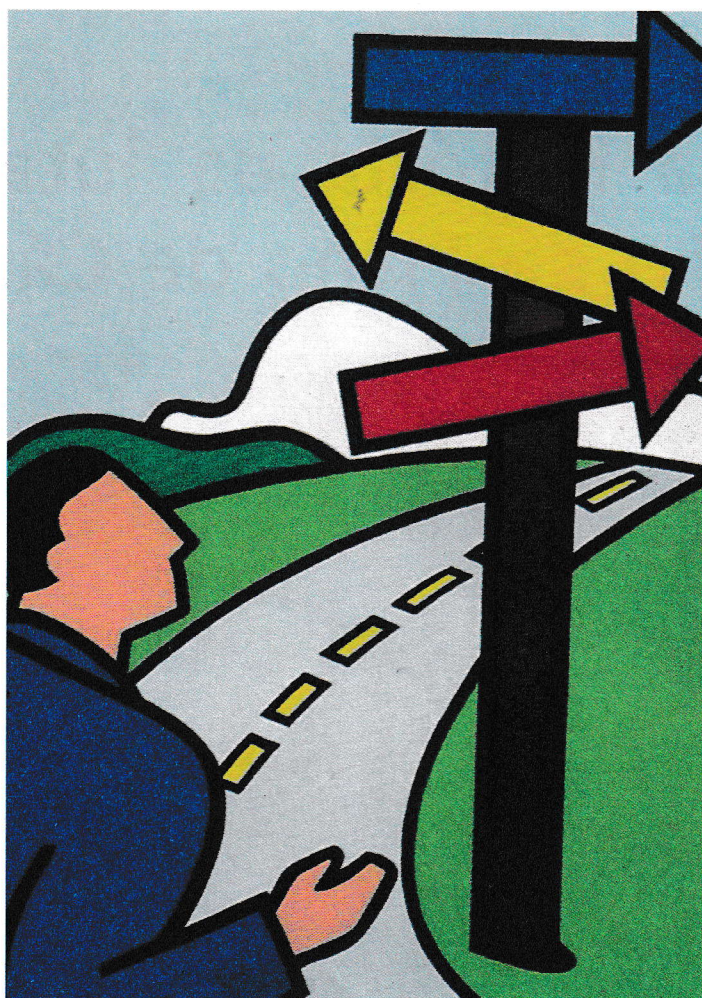


A conquista do Plano de Carreira é fruto da luta histórica da categoria

A luta pela implantação da Carreira dos Trabalhadores Técnico-Administrativos remonta a 1994, quando aprovamos em Congresso de nossa categoria o Projeto de Carreira com seus princípios, concepções e estruturas de tabelas. Vários movimentos, posteriormente, foram construídos tendo como objetivo a conquista da Carreira. Em oito anos de governo FHC não obtivemos fruto da intransigência e do preconceito. Na greve de 2004 conquistamos uma importante etapa rumo à Carreira. Leia uma análise completa sobre o assunto na edição especial deste jornal.

Pág. 2



Os impasses na mesa de negociações

Pág. 5



As diversas negociações com o governo

Pág. 4

A luta pelo aprimoramento da carreira

Pág. 3

Os avanços obtidos no decorrer da luta

Págs. 5 e 6



EDITORIAL

Histórico de uma conquista

Podemos dizer, sem medo de errar, que a conquista do Plano de Carreira foi fruto de muita luta e obstinação. Mas para que se tenha uma real dimensão desse movimento, é necessário recuar-

mos um pouco no tempo e buscar os seus primórdios. É isso o que estamos fazendo nesta edição especial do jornal do Sint-UFG. Procuramos uma visão ampliada desta luta para vislumbrar os seus antecedentes históricos.

Este exercício de análise reveste-se de especial importância para compreendermos, de maneira mais clara, o deságua desta luta na greve que estamos desencadeando neste momento. Trata-se de uma contextua-

lização que fornece elementos preciosos para entendermos com mais clareza as posições que estamos assumindo. Portanto, vale a pena ler com atenção as páginas deste jornal.

POSIÇÃO DA CATEGORIA

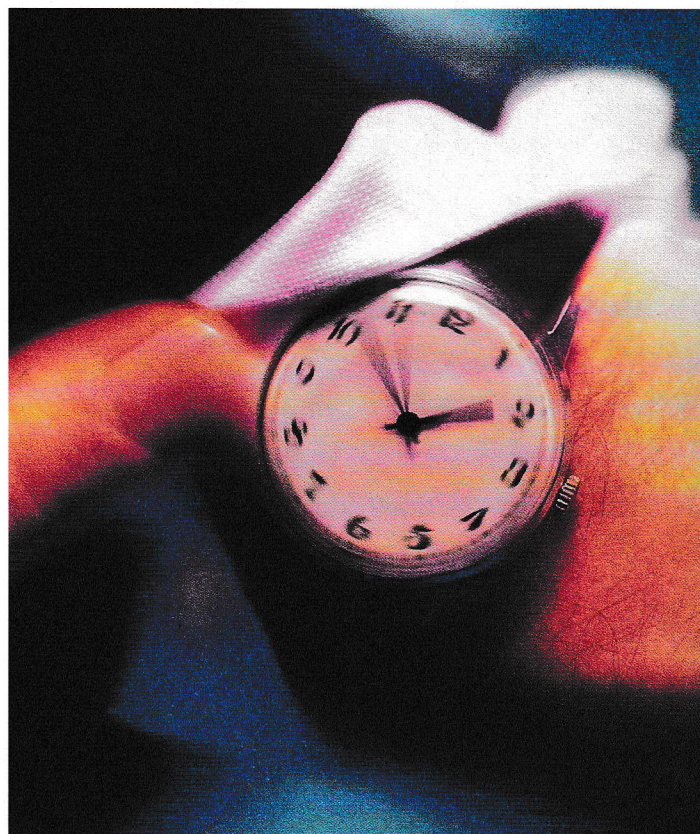
Conheça a história da luta pela implantação do Plano de Carreira

A luta pela implantação da Carreira dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação remonta a 1994, quando aprovamos em Congresso de nossa categoria o Projeto de Carreira com seus princípios, concepções e estruturas de tabelas.

Vários movimentos, posteriormente, foram construídos tendo como objetivo a conquista da Carreira. Não obtivemos vitórias devido à intransigência e ao preconceito dos oito anos de governo FHC, que não abriu espaço para o debate sobre a Carreira, que possui em sua essência o reconhecimento do papel de sujeitos do fazer universitário, desenvolvido por este contingente de trabalhadores no ambiente universitário.

GREVE DE 2004 – A CONQUISTA DA CARREIRA

Na Greve de 2004, conquistamos uma etapa rumo a nossa Carreira. A Lei 11.091 que reestrutura a Carreira, garante a afirmação de uma identidade para os trabalhadores técnico-administrativos, Política de Desenvolvimento nos Níveis de Capacitação, nos Padrões de vencimento, Concessão de Incenti-



vo por Qualificação, Avaliação e uma Estrutura de Tabela.

Conquistamos enfim, o step único, e avançamos no piso salarial que era de R\$ 479 e hoje é de R\$ 701, com a incorporações das gratificações, concedidas a título de antecipação da Carreira em 2003 e 2004 e estamos

firmes rumo ao piso histórico que defendemos de 3 salários mínimos. Entre 2003 e 2005, tivemos uma evolução no piso salarial superior a 68%. Reconhecemos as limitações desta Carreira que foram amplamente debatidas no transcorrer e final da Greve, no entanto

temos a compreensão de que a luta é permanente, e que a Carreira conquistada neste momento representa um avanço que não podemos desqualificar, pois materializa os alicerces de nossa luta pela consolidação e aprimoramento deste instrumento, que, acima de tudo, nos identifica como sujeitos do fazer universitário.

Outra limitação identificada em nossa Carreira é a falta de perspectiva de ascensão funcional. Questão que está remetida à Mesa Central de Negociação de DPC – Diretrizes de Plano de Carreira - e que depende de acordo entre as entidades que representam os servidores públicos federais, para que possamos desenvolver uma ação articulada e coletiva, visando à alteração da Constituição Federal que impede a ascensão funcional.

Um elemento fundamental e inédito assegurado em nossa Carreira é a obrigatoriedade de inclusão no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, da Política de Desenvolvimento de Pessoal, com programas permanentes de capacitação e avaliação dos técnico-administrativos.

Assim, no final da Greve, já construíamos ações pela garantia dos recursos para a implan-

POSIÇÃO DA CATEGORIA

“O nosso objetivo, o qual está sendo construído a curto (3,6% de step), médio e longo prazo é a Tabela Histórica, que devemos perseguir, tendo a consciência de que a mesma será conquistada em etapas.”

tação da 2ª fase da Carreira: Progressão por Capacitação e Incentivo à Qualificação; Resolução do VBC (Vencimento Básico Complementar), e a luta pelo piso de 3 salários mínimos e step de 5%.

2005 - A LUTA PELO APRIMORAMENTO DA CARREIRA

Com a instituição da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, e após a 1ª etapa de enquadramento nos padrões de vencimento, passamos a trabalhar pelo aprimoramento deste patrimônio que hoje representa uma etapa rumo a Carreira para a nossa categoria.

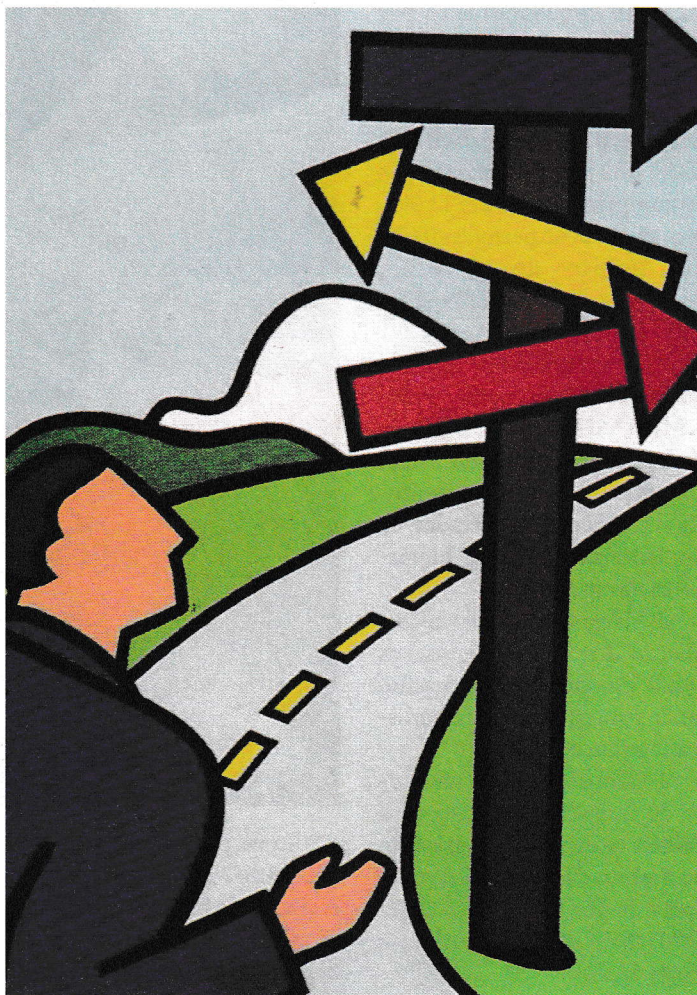
Avançamos quando a partir da negociação da FASUBRA na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira foram corrigidas várias distorções constantes da Lei; acordada a abertura de novos prazos para adesão a Carreira, que atingiu em sua primeira fase adesão de mais de 90% da categoria; definição das Diretrizes de Desenvolvimento de Pessoal e garantia da manutenção da formatação da Comissão Interna de Supervisão – CIS de acordo com a nossa formulação, mesmo com pressão contrária dos dirigentes das IFES.

CONTINUAMOS LUTANDO..., Reafirmando os outros elementos que, para nossa categoria, é fundamental neste processo de construção da Carreira, como:

01. Resolução do VBC;
02. Implantação da 2ª etapa de enquadramento;
03. Luta pela tabela histórica de 3 salários mínimos e step de 5%;
04. Ascensão Funcional;
05. Racionalização dos Cargos.

01. Resolução do VBC

O movimento pela superação do VBC começou logo após a aprovação da Lei, quando a Direção da FASUBRA, em reunião no mês de janeiro, soli-



ção de estudos de propostas que solucionassem esta distorção, por entender, que parte significativa da categoria ficariam sem reajuste em janeiro de 2006, quando da evolução do step de nossa carreira de 3% para 3,6%.

Também, foi aprovado em Plenária, que o GT-Carreira da FASUBRA trabalharia alternativas para resolução do VBC. Todas as alternativas construídas pelo GT foram encaminhadas para conhecimento da base.

Movimento seguinte: cobramos do governo uma posição ou proposta para resolução do VBC.

02. Implantação da 2ª etapa de enquadramento

Aprovamos em Plenária pressionar o governo para garantir recursos em janeiro de 2006, para a 2ª etapa do enquadramento. Na primeira mesa de

oficialmente que em janeiro de 2006 seria feito o enquadramento nos níveis de capacitação com incentivo de qualificação e, tendo por estimativa inicial a repercussão de R\$ 250 milhões.

03. Luta pela tabela histórica

A primeira conquista na luta pela tabela histórica foi assegurada em março de 2005 com o step único de 3% e avançando no piso salarial rumo ao patamar de 3 salários mínimos e step de 5%. Para janeiro de 2006 conquistamos na Lei, tabela com step de 3,6%, que garantirá um reajuste em média para toda categoria um valor superior a 10%, com exceção dos(as) companheiros que têm VBC. Esta tabela representa mais uma conquista da Greve de 2004, ou seja, com a Greve de 2004, conquistamos reajuste na tabela de 2005 e na tabela de 2006.

O nosso objetivo, o qual está

de step), médio e longo prazo é a Tabela Histórica, que devemos perseguir, tendo a consciência de que a mesma será conquistada em etapas.

04. Ascensão Funcional

Esta questão é fundamental para a categoria, pois permitirá a mudança de uma classe para outra. No entanto depende de outros fatores e sujeitos para a conquista da mesma. O desafio está colocado para a Mesa Nacional de Negociação Permanente, após uma articulação e entendimento com o conjunto dos SPFs.

05. Racionalização dos Cargos

A própria Lei 11.091 prevê o estudo da racionalização dos cargos, que significa aglutinação e/ou desaglutinação de cargos e realocação de cargos nas classes. A FASUBRA/GT-Carreira, após um longo estudo e diálogo com a base da categoria, ultimou os trabalhos, que se encontram na Mesa Específica para negociação. Devemos ter a responsabilidade de informar à base que esta discussão depende de um entendimento técnico na mesa, observando a legislação que disciplina a organização de cargos e profissões. Este debate está sendo travado na Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, que na reunião do dia 27 de julho de 2005 (ID2005 JUL 12), informou no relatório que “foi estabelecido um grupo de trabalho com 4 integrantes da bancada sindical e 4 do governo para realizar o trabalho de racionalização dos cargos. Estabeleceu-se um prazo de 30 dias para ser feita a descrição de todos os cargos como estão previstos na Lei, e mais 30 dias, para racionalizar efetivamente os cargos”. Assim, temos a compreensão de que a questão da Racionalização deverá ser tratada pela Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, de forma concomitante com a negociação.

Neste tema teremos duas fases de discussão: a 1ª se dará na

HISTÓRICO DO PLANO DE CARREIRA

“

Precisamos avançar no debate, caso não consigamos superar o limite imposto pela ausência de política de ascensão funcional, no sentido de repensar a estrutura de cargos existente hoje na nossa Carreira.

”

Carreira, com a discussão de legislação e descrição das atribuições dos cargos, a 2ª na Mesa de Negociação Específica quando será discutido o recurso para a sua implantação. Devemos lembrar que a Fasubra já tem uma estimativa inicial de custo de sua proposta autorizada pela Plenária, já apresentada ao MEC.

Precisamos avançar no debate, caso não consigamos superar o limite imposto pela ausência de política de ascensão funcional, no sentido de repensar a estrutura de cargos existente hoje na nossa Carreira.

UMA NEGOCIAÇÃO EM CURSO

Com o processo negocial em curso, foi instalada a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, com conquistas no processo negocial daquela mesa como:

* Portaria 2562 de 21 de julho – CIS

* Portaria 2520 de 15/07 – Terceirização

* Alteração da Lei 11.091 – Abertura de novo prazo para opção – a alteração da lei incluirá a abertura de novo prazo para opção pelo Plano de Carreira. De acordo com o MEC o novo prazo será de 30 dias.

* Correção de distorções na Lei com relação a alguns cargos.

RESPOSTA DO GOVERNO À PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA FASUBRA

A FASUBRA protocolou a Pauta de Reivindicação no MEC e solicitou a instalação de Mesa Específica de Negociação. O MEC, através do ofício nº 392 – de 07 de julho de 2005, respondeu a Pauta protocolada e apresentou o que segue:

“Diante da necessidade de darmos continuidade às negociações, o MEC propõe um processo de diálogo, no período de julho a setembro, envolvendo outros setores do Governo Federal. Neste sentido, apresentamos as seguintes propostas para a construção de uma agenda de negociação para o segundo se-

1- O MEC propõe a implantação do enquadramento por capacitação e o incentivo à qualificação, com repercussão financeira estimada em R\$250 milhões, a partir de janeiro de 2006. Esta proposta que trata se do cumprimento da Lei 11 091, será ajustada no período citado, no âmbito do governo, buscando a concordância da área econômica.

2- Estruturação de um grupo de trabalho específico entre o MEC, ANDIFES, e bancada sindical para no prazo de 30 dias apontar soluções para eventuais distorções encontradas na implantação da matriz hierárquica da carreira.

3- Negociação para a ampliação dos benefícios sociais como a concessão do auxílio saúde para os técnicos administrativos em educação.

4- Constituição de um grupo de trabalho para discutir a política relativa às terceirização no âmbito das Instituições Federais de Ensino (“Ofício nº392 /2005/MEC/Mesa Setorial de Negociação)

LUTA PELO FIM DA TERCEIRIZAÇÃO

Em 15 de julho de 2005, através da Portaria 2.520, foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de promover a avaliação e exame da política relativa a contratos de prestação de serviços e à criação e extinção de cargos no âmbito do Sistema Federal de Ensino. Esta ação responde inicialmente a um dos itens de nossa Pauta Específica de Reivindicação. A composição e formatação da referida Comissão foi acordada na Mesa de Negociação Setorial no dia 07 de julho.

PLENÁRIA INDICA GREVE PARA O DIA 17 DE AGOSTO – (ID2005 JUL-06)

A Plenária realizada no dia 17 de julho deliberou pela manutenção da mobilização da categoria e pressão frente ao governo para acelerar a mesa de



aos itens propostos no documento do MEC, acerca do cronograma do processo de discussão em curso, bem como estabelecer um diálogo com a bancada de parlamentares, Andifes e demais segmentos da comunidade universitária buscando aliados e intermediários nesta luta, com a seguinte resolução:

“A Plenária Nacional da FASUBRA-Sindical, convocada extraordinariamente, com Pauta Específica: Indicativo de Greve para o dia 20 de julho, considerando:

● A necessidade de diálogo com outros atores sociais e com a sociedade em geral acerca do motivo de nossa Greve.

● O fim do período de recesso do Congresso Nacional em 02 de agosto.

● A seqüência do trabalho no Congresso Nacional, junto a Comissão de Orçamento, visando adicionar na LDO e LOA recursos necessários para a resolução do VBC.

● O prazo para a finalização dos trabalhos do Grupo de Trabalho Técnico para encontrar soluções para o VBC, de tabelas/VBC, encerra-se no dia 12 de agosto.

● A manifestação das entidades de base, no sentido da garantia do recebimento de outra arrecadação para repor as suas finanças.

● Aguardar o apresentação da contra-proposta do MEC, para avaliação, com relação à resolução do VBC, além dos outros itens constantes da pauta específica.

Delibera:

Não deflagrar a greve no dia 20/Julho

● Aprovar o INDICATIVO DE GREVE ESPECÍFICA para o dia 17 de agosto.

Eixo Específico:

1. Garantia de Recursos para a Implantação da 2ª etapa da Carreira;

2. Resolução do VBC;

3. Negociação da Racionalização de Cargos.

TÁTICA DE NEGOCIAÇÃO NA MESA ESPECÍFICA

01. Mantidas as deliberações das Plenárias anteriores.

02. Pauta de Reivindicação.

● Cobrança de resposta

HISTÓRICO DO PLANO DE CARREIRA

“É uma greve pela inclusão de recursos orçamentários para resolução imediata do VBC, para garantir o enquadramento da 2ª etapa da carreira e recursos para a racionalização.”

ta Específica

03. VBC – Vencimento Básico Complementar.

Deliberou-se:

1. Manter proposição de piso de 3 salários mínimos e STEP de 5%.

2. Aguardar resposta do MEC quanto à solução do VBC, neste período as assembléias avaliam as alternativas, porém a deliberação será somente na próxima plenária da FASUBRA.”

02 DE AGOSTO - SURGIMENTO DO IMPASSE NA MESA DE NEGOCIAÇÃO ESPECÍFICA

Cabe destacar o contexto em que ocorreu esta Mesa, mudança do Ministro da Educação e substituição dos interlocutores na Mesa de Negociação Específica. O resultado desta Mesa Oficial trouxe uma posição verbal do Governo, através do Diretor de RH Sílvia Petrus, contradizendo o documento oficial do MEC entregue à FASUBRA em 07 de julho. Sílvia Petrus afirmou que não estavam garantidos os recursos para a 2ª etapa do enquadramento, conforme havia sido informado pelo MEC anteriormente. A posição do MEC, embora contraditória, provocou uma insegurança no processo negocial em curso o que motivou aprovação do Indicativo com a consequente deflagração da Greve em 17 de agosto.

QUEM ROMPEU A MESA

Este debate precisa ser feito de forma fraterna na categoria, assumindo algumas falhas táticas no trâmite do processo. Avaliamos que o rompimento deuse em função de uma inabilidade do governo com o desenrolar da mesa, ao colocar como interlocutor representantes que demonstraram ou total desconhecimento da mesa anterior, ou informaram um fato verdadeiro que preocupava o MEC, qual seja a falta de garantia dos re-



cursos pela área econômica já informados anteriormente. A posição do interlocutor do MEC na Mesa do dia 02 de agosto desautorizou a posição inicial formalizada pelo MEC.

13 DE AGOSTO - PLENÁRIA DEFLAGRA GREVE A PARTIR DO DIA 17 DE AGOSTO

Sem entrar no mérito do trâmite dos encaminhamentos formais que deveriam ter sido construídos, a Direção Nacional da FASUBRA avaliou e encaminhou por unanimidade na Plenária do dia 13 de agosto a aprovação da deflagração da Greve a partir do dia 17 de agosto. (ID2005 AGO – 05).

“APROVADA A GREVE DA FASUBRA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DIA 17 DE AGOSTO DE 2005.

1-A plenária da FASUBRA aprovou a deflagração da Greve com o seguinte Eixo Específico:

I - Garantia de recursos orçamentários no orçamento de 2006 para:

a) Implantação da 2ª etapa da carreira;

- Níveis de capacitação
- Incentivo de Qualificação
b) Racionalização dos Cargos

II - Resolução imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)

III - Atendimento da Pauta específica de reivindicações pro-

TOCOLADA NO MEC NO TOCANTE AOS BENEFÍCIOS:

- Auxílio à Saúde
- Reajuste do Vale Alimentação
- Parcelamento das férias
- Demais itens da pauta

A plenária deliberou que as diversas propostas de tabelas de correção do VBC já divulgadas na base da categoria ficam para ser usadas durante a negociação, mantendo a proposta, já protocolada no MEC, do piso de 3 salários mínimos e step de 5%.

Que no processo de negociação referente ao pagamento da 2ª etapa do Enquadramento sejam garantidos os direitos dos trabalhadores cujas Comissões de Enquadramento ainda não concluíram a validação dos certificados.

2-Eixo Geral a ser negociado na Mesa Nacional dos Servidores Públicos Federais:

- Definição de Política Salarial
- Reposição emergencial de 18% a título de antecipação das perdas salariais
- DPC – Diretrizes de Plano de Carreira

CARACTERIZAÇÃO DE NOSSA GREVE

Como em outros movimentos grevistas, a categoria tem a clareza da motivação e de que Greve estamos fazendo. É uma greve pela inclusão de recursos orçamentários para resolução imediata do VBC, para garantir o enqua-

dramento da 2ª etapa da carreira e recursos para a racionalização. Parte dos demais itens da pauta já estava sendo negociada. O impasse surgiu na mesa do dia 02 de agosto, em virtude de recuo do MEC, com relação à proposta apresentada inicialmente. Mesmo que o recuo tenha sido verbal em contrapartida do documento formal, entendemos que, dado a experiências passadas de descumprimento a documentos assinados, necessitaríamos de mais GARANTIAS, envolvendo a área de Planejamento, e aval dos Parlamentares e Reitores, para que pudéssemos sair da Greve com um mínimo de segurança. No entanto, temos a clareza que em toda batalha existirão sempre os riscos e a superação dos mesmos dependerá de nossa organização, capacidade de diálogo, de organização e elaboração.

MOVIMENTO SEGUINTE

A FASUBRA protocolou documento no MEC em 16/08/2005 informando a data de deflagração da Greve, solicitando antecipação da Mesa Setorial de Negociação prevista para 30 de agosto de 2005.

O MEC em 23/08/2005 encaminhou ofício à FASUBRA reafirmando as propostas apresentadas na 1ª mesa, formalizando proposta de resolução do VBC e apresentando recursos para o pagamento da 2ª etapa de enquadramento (Capacitação e Titulação). Solicita ainda a suspensão do movimento grevista.

O CNG - Comando Nacional de Greve, em reunião no dia 23 de agosto, avaliando o ofício nº 517/2005-Mesa Setorial de Negociação/SEAD/MEC (abaixo), apresentou as seguintes considerações para análise dos Comandos Locais e Assembléias de Base.

“01. Com relação ao processo de negociação

A Direção Nacional da FASUBRA, avaliando o resultado da Mesa Setorial realizada no

HISTÓRICO DO PLANO DE CARREIRA

dia 02 de agosto, com a presença do Secretário Adjunto Executivo, Ronaldo Teixeira da Silva e o Diretor da SRH, Sílvia Petrus, considerou que houve um recuo por parte do Governo com relação ao compromisso formalizado na 1ª mesa de negociação, no tocante à garantia de recursos para a implantação da 2ª etapa da Carreira (enquadramento dos Níveis de Capacitação e Incentivo de Qualificação), quando afirmou que não existia ainda garantia de recursos para a implantação em janeiro de 2006. Portanto, o processo de negociação não foi rompido pela FASUBRA, como afirma o documento citado.

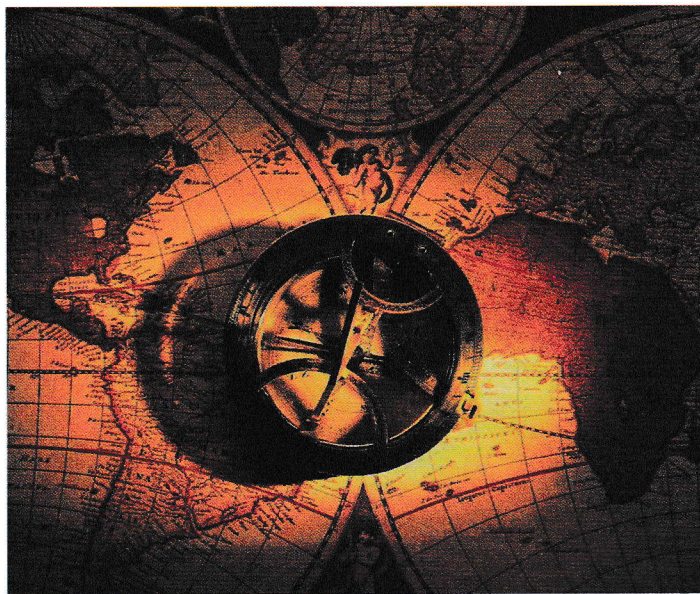
02. Incentivo de Qualificação e Níveis de Capacitação

No documento o Governo reafirma, através do Secretário Executivo Jairo Jorge, o seu compromisso em garantir os recursos necessários para a sua implantação a partir de janeiro de 2006, conforme item 02 do documento, que varia entre R\$ 250 a 320 milhões/ano. Esta formalização desautoriza a posição adotada pelos representantes do MEC na Mesa do dia 02 de agosto.

03. Vencimento Básico Complementar - VBC

Não foi apresentada, no dia 02 de agosto, nenhuma proposta formal de resolução do VBC. Foi dito, de forma verbal, que o governo estava estudando alternativas com relação ao tema que consistia no seu "congelamento".

O documento apresentado, no dia de hoje, traz um elemento concreto com relação ao tema, neste momento da greve



quando, pela primeira vez, formaliza uma proposta de possível resolução do VBC, que consiste na "não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006", conforme item 3 do documento. Segundo o governo, as estimativas iniciais estão previstas em torno de R\$ 100 milhões/ano.

04. Cronograma de Negociação

A FASUBRA não questionou o prazo apresentado pelo governo por entender que as discussões do conteúdo da pauta não sofreriam nenhum prejuízo no prazo apresentado.

05. Consideramos de fundamental importância a manutenção do diálogo, seja em momentos normais ou em momentos de impasse, como na Greve atual.

06. A FASUBRA tem demonstrado ao longo de sua existência maturidade nos processos de negociação como, por exemplo, no processo de nego-

“ Quanto à racionalização, precisamos discutir com o MEC as questões legais das mudanças e exigências de ingressos que fizemos. ”

uma proposta para que pudessemos disputar na mesa de negociação. Esta discussão tem que ser realizada com urgência, sob pena de sermos pegos de calças curtas, ou seja, não termos proposta.

2. QUANTO AOS % DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO - neste item também não conseguimos aprovar uma proposta. Questões como: qual o percentual que cargos como vigilante, mateiro e outros 60 e pouco teriam quando concluíssem a escolaridade exigida para a classe? Ou seja, se o cargo de vigilante exige o 1º grau, e esta na Classe D, se concluir o 2º grau terá direito ao percentual de incentivo a qualificação, passando, por exemplo, o assistente em administração que precisa ter o 2º grau? Estas outras discussões também precisavam ser concluídas.

3. QUANTO À CARGA HORÁRIO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO - Também precisa ser concluída

4. QUANTO À RACIONALIZAÇÃO - Precisamos concluir o trabalho do ambiente de arte, comunicação e difusão e discutir com o MEC as questões legais das mudanças de exigências de ingressos que fizemos. Neste tema teremos duas fases de discussão: a 1ª se dará na Mesa Nacional de Supervisão da Carreira, com a discussão de legislação e descrição das atribuições dos cargos, a 2ª na Mesa de Negociação Específica quando será discutido o recurso para a sua implantação.

ciação da Greve de 2004.

07. O CNG considerando o teor do documento do MEC submete as suas bases para uma avaliação, tendo como referência o eixo de greve aprovado na Plenária que deflagrou a mesma.

08. O CNG reafirma a capacidade do diálogo desta entidade esperando reciprocidade do Governo em relação ao movimento.

09. O CNG espera que o governo receba este Comando para debater os termos do documento em questão, bem como acredita no discernimento da base na avaliação dos cenários apresentados.

ALGUMAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. QUANTO AO VBC - O GT-Carreira apresentou para a Plenária da Fasubra 6 proposta de tabelas com solução do VBC. No entanto, não foi escolhida

BOLETIM DE GREVE

SINT-UFG

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

- Coordenação: Fátima dos Reis
- Coordenação Sindical Adjunto: João Pires Júnior
- Coordenação de Administração e Finanças: Júlio César Prates
- Coordenação Adjunto de Administração e Finanças: Agostinho de L. e Silva
- Coordenação Social: Maria Lucimar M. dos Santos
- Coordenação Social Adjunto: Eunice Carneiro
- Coordenação de Formação Política e Sindical: Vera Lúcia Garcia A. Arruda
- Coordenação de Formação Política e Sindical Adjunto: Antônio Tavares D. Lopes
- Coordenação de Imprensa e Divulgação: Cleiton Porto Moraes

- Coordenação de Imprensa e Divulgação Adjunto: Antônio G. da Silva
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Joana Rosa Mendonça
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas Adjunto: Elena Bonfim Xavier
- Secretário de Organização e Administração do Clube: Amarildo Rodrigues Paixão
- Secretário de Organização e Administração do Clube Adjunto: Olinto Costa M Filho
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista: Jandira de Souza L. Gonçalves
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista Adjunto: Joaquim L. de São José
- Secretário de Esporte e Cultura: Luis Mauro de Souza
- Secretário de Esporte e Cultura Adjunto: Benedito B. da Silva

Editor
Francisco Barros

Projeto gráfico
Gaspar Pereira

Produção:

ei
editora
interativa

(62) 3587-1406

www.interat.com.br

interat@interat.com.br